

SEMINÁRIO NACIONAL

da Plataforma MROSC

Mapeamento legislativo prioritário para as organizações da sociedade civil do Brasil

Realização:

FPOSC
FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos com Participação Popular.

PLATAFORMA MROSC

Mapeamento legislativo prioritário para as organizações da sociedade civil do Brasil

O documento cobre primordialmente a temática relacionada ao funcionamento estrutural das organizações da sociedade civil no Brasil, assim como diversos projetos que visam limitar, ou até mesmo criminalizar essas organizações.

A FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL e a FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS HUMANOS apresentam o mapeamento das prioridades legislativas para o ano de 2022.

Dividimos os projetos em três grandes blocos que são eles:

PAUTA NEGATIVA | **PAUTA POSITIVA** | **PAUTA DE INTERESSE**

Os da **pauta positiva** e de **interesse** são importantes para as organizações e podem permitir avanços com ou sem pequenos ajustes eventuais durante o processo legislativo. Os da **pauta negativa** exigem a denúncia e a ação de enfrentamento das organizações e parlamentares para se evitar retrocessos.

PAUTA NEGATIVA

projetos que impactam de forma negativa direta ou indiretamente o exercício das atividades das Organizações da Sociedade Civil:

Projetos de Lei que criminalizam ou limitam a atuação da sociedade civil. Tratam das temáticas sobre o "terrorismo" e a regulamentação do lobby:

- **PL 1595/2019:** Dispõe sobre ações "contraterroristas";
- **PL 272/2016:** Disciplina condutas consideradas como atos de terrorismo;
- **PL 4895/2020:** Criar o crime de "Intimidação violenta".
- **PL 4391/2021:** Dispõe sobre a regulamentação do Lobby;
- **PL 2338/2021:** Disciplina a atividade de relações institucionais e governamentais de representação de grupos de interesse perante a administração pública federal, estadual, distrital e municipal.
- **PL 733/2022:** Garante maior amparo jurídico aos integrantes dos órgãos de segurança pública, criando mecanismos de excludente de ilicitude.

Projetos de Lei que representam retrocessos na pauta socioambiental, fundiária e de direitos indígenas:

- **PL 2633/2020 e PL 510/2021:** Grilagem de terras;
- **PL 3729/2004 e PLS 168/2018:** Licenciamento ambiental;
- **PL 191/2020:** Mineração em Terras Indígenas;
- **PL 490/2007:** Alteração na demarcação de Terras Indígenas (TIs);
- **PL 1459/2022:** "PL do Veneno e dos Agrotóxicos";
- **PL 5544/2020:** Liberação da Caça;

- **PL 2001/2019:** Desapropriação e indenização de propriedades privadas em Unidades de Conservação;
- **PL 2601/2021:** Proteção dos Biomas**;**
- **PL 6024/2019:** Altera os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes;
- **PL 7123/2010:** Corta o Parque Nacional do Iguaçu.
- **PL 3292/2020:** Estabelece percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);



Projetos de Lei que impactam na Liberdade de Associação:

- **PL 4416/2019:** Obriga OSCs a destinar um serviços para o público idoso;
- **PL 11278/2018:** Institui a Política Nacional do Voluntariado;
- **PL 4953/2016 e PL 736/2022:** Obriga as Organizações da Sociedade Civil a declararem, anualmente, os recursos recebidos do exterior;
- **PL 6231/2019:** Torna permanente o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.
- **PL 67/2021:** Amplia a burocracia sob o pretexto de criar regras de transparência e fiscalização para OSCs;
- **PEC 194/2019:** Altera o artigo 146 da Constituição Federal para dispor sobre tratamento diferenciado referente às obrigações acessórias para as OSCs;
- **PL 1559/2020:** Dispõe sobre medidas de proteção às OSCs durante a pandemia do coronavírus.
- **PL 11077/2018:** O projeto impede que pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos atividades sejam dirigidas àquela atividade sejam qualificadas como organizações sociais (OS);
- **PL 5865/2019:** Cria o Cadastro Nacional de Entidades do “Terceiro Setor”;
- **PL 736/2022:** Estabelece a Lei de Transparência das Organizações Não-Governamentais (ONGs).

PAUTA POSITIVA



Economia Solidária e Segurança Alimentar:

- **PL 6606/2019:** Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária, os empreendimentos econômicos solidários e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.
- **PL 3292/2020:** Estabelece percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- **PEC 69/2019:** Acrescenta inciso X ao art. 170 da Constituição Federal para incluir a economia solidária entre os princípios da Ordem Econômica.

PAUTA DE INTERESSE

Matérias Tributárias:



- **PEC 110/2019:** Altera o Sistema Tributário Nacional;
- **PEC 45/2019:** Altera o Sistema Tributário Nacional;
- **PL 3887/2020:** Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS;
- **PL 3065/2019:** Isenta as entidades beneficentes de assistência social dos custos de publicações nos órgãos federais de imprensa oficial;
- **PLP 363/2013:** Regula a competência para a instituição e cobrança do ITCD - imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos;
- **PLP 67/2021:** Dispõe sobre o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD. O PL não tratou de desonerar as OSCs nas doações internacionais;
- **PL 4450/2020:** Dispõe sobre os fundos filantrópicos emergenciais;
- **PL 2337/2021:** Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

PLS 2495/2021: Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos;

PL 5307/2020: Prorroga a faculdade de dedução do imposto sobre a renda dos valores correspondentes a doações e patrocínios em prol de ações e serviços do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

PLC 158/2017 - Permite a criação de fundo patrimonial nas instituições federais de ensino superior e dispõe sobre as questões tribuárias dos fundos em geral..

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC):



PL 1735/2021: Altera o artigo 84-B da Lei do MROSC;

PL 2991/2029: Confere acesso a todos os registros do sistema de gestão de convênios e contratos de repasse - SICONV - a ex-governadores e ex-prefeitos aderentes ao sistema pelo prazo de um ano após o término do mandato.

PL 1753/2022: Acrescenta dispositivos à Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, a fim de que as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil atendam aos interesses do nascituro, da criança e do adolescente.

Outros Temas:

PL 2426/2021: Suspende, pelo prazo de quatro anos, o auxílio-reclusão, em razão do contingenciamento de gastos;

PL 7764/2014: Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.